

**Edital 01/2023**

**O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA DE SÃO SEBASTIÃO – AL, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei nº 469/2015, faz publicar o Edital de Convocação para o Processo de Escolha em Data Unificada para Conselheiros Tutelares, quadriênio 2024/2028.**

## **1. DO OBJETO**

1.1. O presente Edital tem como objeto o Processo de Escolha em Data Unificada para Conselheiros Tutelares, disciplinado pela Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Resolução nº 231/2022 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e dos Adolescentes – CONANDA, pela Lei Municipal nº 469 de 2015 e Resolução nº 03/2023 do CMDCA, o qual será realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizado pelo Ministério Público que atua perante o Juizado da Infância e Juventude da Comarca de São Sebastião/AL.

## **2. DO CONSELHO TUTELAR**

2.1. O Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, é encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

2.2. Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha.

2.3. Deverá observar as seguintes diretrizes:

a) O processo será realizado para o preenchimento de 5 (cinco) vagas para conselheiros titulares e 5 (cinco) vagas para suplentes;

b) A candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas, regulamentado pela Lei Municipal nº 469/2015 e regulamentação do CONANDA;

c) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA deverá criar uma Comissão Especial, instituída por meio de publicação em Resolução, de composição paritária entre conselheiros representantes do governo e conselheiros da sociedade civil, para a realização do Processo de Escolha em Data Unificada para Conselheiros Tutelares;

d) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, publicará Editais específicos no Mural de Avisos de sua sede, Secretária Municipal de Assistência Social e Prefeitura, para cada uma das fases do Processo, dando ciência a representante do Ministério Público, os quais deverão dispor sobre:

I- A documentação exigida aos candidatos para que possam concorrer no Processo de Escolha em Data Unificada para Conselheiros Tutelares;

II- As regras do Processo de Escolha em Data Unificada para Conselheiros Tutelares, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos;

III- As sanções previstas aos candidatos no caso de descumprimento das regras do Processo de Escolha em Data Unificada para Conselheiros Tutelares;

IV- As vedações.

### **3. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS PARA CANDIDATURA E O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR**

3.1. Ser maior de 21(vinte e um) anos de idade, na data da inscrição da candidatura;

3.2. Reconhecida idoneidade moral, mediante apresentações de certidões de antecedentes criminais emitidas pela Justiça Comum Estadual e Federal, bem como certidões de natureza cível de ausência de condenação em processo de improbidade administrativa;

3.3. Residir no município no mínimo há 2 (dois) anos e comprovar domicílio eleitoral;

3.4. Estar no gozo dos direitos políticos;

3.5. Apresentar no momento da inscrição certificado de conclusão de curso de nível médio ou equivalente;

- 3.6. Não ter sido penalizado com a destituição de cargo de Conselheiro Tutelar;
- 3.7. Aprovação em avaliação de caráter eliminatório de conhecimento sobre o Estatuto da Criança e Adolescente - ECA, com nota mínima igual ou superior a 6,0 (seis) e com frequência comprovada de 100% em curso que antecede a mesma;
- 3.8. Ter conhecimento teórico e prático de informática, comprovados mediante apresentação de certificado ou declaração de conclusão de curso, bem como, ser aprovado em avaliação de conhecimentos básicos em informática, realizado pelo CMDCA.

#### **4. DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO**

- 4.1. Os conselheiros tutelares exercerão suas atividades em regime de dedicação exclusiva em jornada de 40 horas semanais incluídos os períodos de sobreaviso, que deverão ser atribuídos equitativamente entre seus membros, sendo vedado qualquer tratamento desigual;
- 4.2. A remuneração dos Conselheiros Tutelares será de 1.800,00 (mil e oitocentos reais), devendo ser reajustado nas mesmas bases dos demais servidores públicos municipais ou com procedimentos específicos para a função, mediante edição de Lei Municipal.

#### **5. DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR**

- 5.1. As atribuições do conselho tutelar estão previstas no art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

#### **6. DA COMISSÃO ESPECIAL**

- 6.1. A Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada é encarregada de analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos inscritos;
- 6.2. É facultado a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 03 (três) dias contados da publicação da lista de inscritos, candidaturas que não atendem aos requisitos exigidos, indicado no instrumento impugnatório os elementos probatórios;
- 6.3. A Comissão Especial deverá notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

- 6.4. A comissão Especial realizará reunião para decidir acerca da impugnação da inscrição, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos, assim como realização de outras diligências;
- 6.5. Das decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada, caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade;
- 6.6. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial publicará a relação dos candidatos inscritos, com envio de cópia ao Ministério Público;
- 6.7. A Comissão Especial deverá realizar reunião destinada a dar conhecimento formal quanto às regras de campanha dos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob a pena de imposição das sanções previstas do CONANDA;
- 6.8. A Comissão Especial estimulará e facilitará o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;
- 6.9. A Comissão Especial deverá analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;
- 6.10. O CMDCA deverá organizar e prestar apoio administrativo ao Processo de Escolha em Data Unificada que ocorrerá no dia 01 de outubro de 2023;
- 6.11. O CMDCA deverá escolher e divulgar o local de votação;
- 6.12. A Comissão Especial deverá divulgar, imediatamente após apuração, o resultado oficial da votação.

## **7. DOS IMPEDIMENTOS**

- 7.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar: cônjuges, convivente e união estável, inclusive, quando decorrente de união homoafetiva ou ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, conforme previsto no Art.140 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

7.2. Estende-se o impedimento ao conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e Juventude, em exercício na Comarca de São Sebastião, Estado de Alagoas.

## **8. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA**

8.1. As Etapas do Processo de Escolha em data Unificada deverão ser organizadas da seguinte forma:

**I - Primeira Etapa:** Inscrições e entrega de documentos;

**II - Segunda Etapa:** Análise da documentação exigida;

**III - Terceira Etapa:** Curso e avaliação de conhecimento específico do ECA, conhecimento teórico e prático em informática, homologação e aprovação das candidaturas;

**IV - Quarta Etapa:** Do processo Eleitoral e Escolha em Data Unificada;

**V - Quinta Etapa:** Formação inicial;

**VI - Sexta Etapa:** Diplomação e posse.

## **9. DA PRIMEIRA ETAPA – DA INSCRIÇÃO/ENTREGA DOS DOCUMENTOS**

9.1. A participação no presente Processo de Escolha em Data Unificada iniciar-se-á pela inscrição, e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital;

9.2. A Inscrição será efetuada pessoalmente na sede do CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, Rua Pedro Vieira de Barros, s/n, Bairro Centro, São Sebastião – AL (mesmo prédio da Prefeitura Municipal de São Sebastião); As inscrições serão realizadas no período de 08/05 à 12/05/2023 das 8h00 às 11h00, de acordo com o prazo estabelecido no Cronograma (anexo I) deste Edital publicado pelo conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do Município de São Sebastião – AL;

9.3. No ato da inscrição, o candidato poderá registrar além do nome, um codinome, conforme definido pela Lei Municipal nº 469/2015;

9.4. Será considerado o número da ordem de inscrição para definição de número a ser utilizado em campanha e automaticamente, votação;

9.5. A veracidade das informações prestadas na inscrição é de responsabilidade do candidato;

9.6. Ao realizar a inscrição, o candidato deverá apresentar original e cópia dos documentos descritos no anexo II, que lista os documentos que devem ser apresentados no ato da inscrição;

9.7. O pedido de inscrição deverá ser formulado pelo candidato, em requerimento assinado e protocolizado, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, até a data e horário previsto neste Edital (anexo I), devidamente instruído com os documentos necessários à comprovação dos requisitos estabelecidos (anexo II);

9.8. O membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA ou servidor municipal ocupante do cargo em comissão que pretenda concorrer ao cargo de Conselheiro Tutelar deverá requerer o seu afastamento no ato da inscrição.

## **10. DA SEGUNDA ETAPA – ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA**

10.1. A comissão Especial procederá à análise da documentação exigida prevista neste edital.

10.2. A análise dos documentos será realizada no prazo de 03 (três) dias após o encerramento do prazo de inscrição.

## **11. DA IMPUGNAÇÃO DAS CANDIDATURAS**

11.1. A partir da publicação da lista definitiva dos candidatos habilitados a participar do processo de escolha, no prazo 03 (três) dias, qualquer cidadão maior de 18 anos e legalmente capaz, poderá requerer a impugnação do postulante, em petição devidamente fundamentada.

11.2. Ocorrendo falsidade em qualquer documentação apresentada, o postulante será excluído sumariamente do Processo de Escolha em Data Unificada, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e devida responsabilização legal.



11.3. O candidato impugnado terá 03 (três) dias, após a data de publicação da lista das candidaturas aptas e inaptas para apresentar sua defesa.

11.4. Após análise da documentação pela Comissão Especial será publicada a lista dos candidatos habilitados a participarem do Processo de Escolha em data Unificada, que ocorrerá no dia 01(primeiro) de outubro de 2023.

11.5. No dia 23 de maio de 2023, será publicada a lista dos candidatos habilitados e não habilitados para o certame.

11.6. Da decisão da Comissão do Processo Eleitoral, caberá recurso à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, composta por no mínimo 2/3 de seus membros, no prazo de 03 (três) dias, que designará reunião extraordinária e decidirá, em igual prazo, em última instância, dando ciência pessoal da decisão ao impugnante, ao candidato impugnado e ao Ministério Público.

11.7. Julgadas em definitivo todas as impugnações, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no prazo de 03 (três) dias, publicará a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições homologadas.

## **12. DA TERCEIRA ETAPA – EXAME DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO**

12.1. O curso de conhecimento específico será realizado no dia 10 de julho de 2023, em local e horário a ser definido posteriormente pelo CMDCA. Ressalvando-se que a carga horária do almoço será definida também pelo Conselho de Direitos.

12.2. O exame de conhecimento específico, será realizado no dia 16 de julho, em local e horário a ser definido posteriormente pelo CMDCA.

12.3. Após publicação do resultado do exame de conhecimento específico (Estatuto da Criança e do Adolescente) e conhecimento teórico e prático em informática, o candidato poderá interpor recurso no prazo de 03 (três) dias para a comissão Especial, que terá prazo igual em dias úteis para deliberação.

## **13. DA QUARTA ETAPA – DO PROCESSO ELEITORAL E ESCOLHA EM DATA UNIFICADA**

13.1. Esta etapa definirá os conselheiros tutelares, titulares e suplentes que serão eleitos em sufrágio universal e direto, facultativo e secreto dos membros da comunidade local com domicílio eleitoral no município de São Sebastião/AL, em eleição realizada sob a coordenação da Comissão Especial do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, com apoio da Justiça Eleitoral e Administração Pública Municipal e fiscalização do Ministério Público.

13.2. O processo de Escolha em Data Unificada realizar-se-á no dia 01 de outubro de 2023, das 8h às 17h, na Escola Municipal de Educação Básica Professora Maria de Queiroz Ferro, localizada na Rua Vereador Antônio Abílio de Lima, Bairro Campo – São Sebastião.

13.3. A propaganda eleitoral será objeto de regulamentação específica por parte do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

13.4. A propaganda eleitoral em vias e logradouros públicos observará, por analogia, os limites impostos pela legislação eleitoral e o Código de Postura do Município, garantindo igualdade de condições a todos os candidatos.

13.5. Serão previstas regras e restrições destinadas a evitar o abuso de poder econômico e político por parte dos candidatos ou seus prepostos.

13.6. O resultado oficial da votação será publicado imediatamente após a apuração por meio de Resolução do CMDCA e outros instrumentos de comunicação definidos pelo Conselho.

#### **14. DAS VEDAÇÕES AO CANDIDATO DURANTE O PROCESSO ELEITORAL E ESCOLHA EM DATA UNIFICADA**

14.1. Conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente é vetado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

14.2. É vetada a vinculação político-partidária das candidaturas seja através da indicação, no material de propaganda ou inserções na mídia, de legendas de partido políticos, símbolos, slogans, nomes ou fotografias de pessoas que, direta ou indiretamente, denotem tal vinculação.



14.3. No dia da eleição é terminantemente proibido o transporte de eleitores e a “boca de urna” pelos candidatos e/ou seus prepostos. Exceto quando em caso excepcionais e com regras previamente estabelecidas, sejam autorizadas pelo CMDCA a realização de transporte de eleitores particulares.

14.4. Em reunião própria, a Comissão do Processo de Escolha dará conhecimento formal das regras de campanha a todos os candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las e que estão cientes que sua violação importará na exclusão do certame ou cassação do diploma respectivo.

14.5. A violação das regras de campanha importará na cassação do registro da candidatura do candidato, observando, no que couber, procedimento administrativo similar art. 77 a 80, da Lei 469/2015.

## **15. DO EMPATE**

15.1. Em caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que tiver obtido maior nota na prova de conhecimento sobre o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), e se persistindo o empate, o candidato com mais idade.

## **16. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO**

16.1. Concluída a apuração dos votos e decididos os eventuais recursos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA proclamará o resultado, providenciando a publicação dos nomes dos candidatos votados, com o número de votos que cada um recebeu.

## **17. DOS RECURSOS**

17.1. Realizado o Processo de Escolha em Data Unificada, os recursos deverão ser dirigidos à Presidência da Comissão Especial do Processo e protocolados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, respeitando os prazos estabelecidos neste edital.

17.2. Julgados os recursos, o resultado será homologado pelo (a) Presidente da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada.

17.3. O candidato poderá ter acessos às decisões da Comissão Especial do Processo de escolha em Data Unificada para fins de interposição dos recursos previstos neste Edital, mediante solicitação formalizada.

17.4. Das decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada, caberá recurso à plenária do Conselho Municipal que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

17.5. A decisão proferida nos recursos, pelo pleno Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é irrecorrível na esfera administrativa.

## **18. DA QUINTA ETAPA – FORMAÇÃO**

18.1. Esta etapa consiste na formação dos conselheiros tutelares, sendo obrigatória a presença de todos os candidatos eleitos como titulares e suplentes.

18.2. No caso de ausência ou desistência de Conselheiro Tutelar titular ou suplente eleito, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA convocará para a capacitação/formação o candidato subsequente de acordo com o número de votos.

18.3. As diretrizes e parâmetros para formação deverão ser apresentados aos candidatos pelo CMDCA, após a realização do Processo de Escolha em Data Unificada.

## **19. DA SEXTA ETAPA – DIPLOMAÇÃO E POSSE**

19.1. A posse dos conselheiros tutelares dar-se-á pelo Senhor Prefeito Municipal ou pessoa por ele designada, no dia 10 de janeiro de 2024, conforme previsto no parágrafo 2º do Art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

## **20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

20.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo de escolha em Data Unificada, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Municipal nº 469/2015 e resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.



20.2. É de inteira responsabilidade dos candidatos acompanhar a publicação de todos os atos, editais e resoluções referentes ao processo de Escolha em Data Unificada para conselheiros tutelares.

20.3. O descumprimento dos dispositivos legais previstos neste Edital implicará na exclusão do candidato ao Processo de Escolha em Data Unificada.

São Sebastião, 10 de abril de 2023.

Valdir Salgueiro da Silva  
**Presidente do CMDCA**



**Anexo I – Cronograma do edital 01/2023 CMDCA**

Publicação e divulgação do Edital.	10 de abril
Divulgação do Edital.	10 de abril a 07 de maio
Inscrições na sede do CMDCA das 8h00 às 11h00.	08 a 12 de maio
Publicação da lista dos candidatos inscritos.	12 de maio
Período de impugnação de candidaturas.	15, 16 e 17 de maio
Defesa do candidato.	18, 19 e 22 de maio
Publicação da lista dos candidatos com inscrições deferidos.	25 de maio
Prazo para recurso.	24, 25 e 26 de maio
Análise dos recursos.	05, 06 e 07 de junho
Divulgação do resultado dos recursos/ Publicação das inscrições aptas.	07 de junho
Prazo para recurso ao pleno do CMDCA.	14, 15 e 16 de junho
Análise dos recursos.	19, 20 e 21 de junho
Publicação da lista definitiva dos candidatos com inscrições deferidas, em ordem alfabética.	21 de junho
Reunião da Comissão Especial com os inscritos para reunião de orientação.	28 de junho
Curso Preparatório.	10 de julho
Prova Eliminatória.	16 de julho
Divulgação da lista dos candidatos aprovados.	18 de julho
Prazo de recursos.	19, 20, 21 de julho
Análise e decisão dos recursos.	24, 25, 26 de julho
Divulgação do resultado dos recursos e publicação da lista dos candidatos aptos.	26 de julho
Divulgação de Resolução do CMDCA com regras da campanha.	09 de agosto
Reunião com os candidatos aptos para esclarecimentos gerais.	16 de agosto
Período de campanha dos candidatos.	17 de agosto a 30 de setembro
Sabatina com candidatos ao Conselho Tutelar.	30 de agosto
Reunião com os candidatos.	04 de setembro
Processo de Escolha Unificado.	01 de outubro
Prazo de recurso.	07, 08 e 09 de outubro
Análise de decisão dos recursos.	10 de outubro
Prazo para recurso ao pleno do CMDCA.	11, 14 e 15 de outubro
Análise dos recursos.	16 de outubro
Publicação da lista definitiva dos candidatos eleitos, em ordem alfabética.	17 de outubro
Período de capacitação dos eleitos	A ser definido pelo CMDCA Posteriormente
Posse dos Conselheiros e suplentes eleitos	10 de janeiro de 2024

## **ANEXO II – FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO**

Ilustríssimo Senhor (a) Presidente da Comissão Especial do Processo de Escolha

### **DADOS PESSOAIS**

NOME: \_\_\_\_\_  
NOME SOCIAL (NOME PARA URNA): \_\_\_\_\_  
SEXO: ( ) MASCULINO ( ) FEMININO DATA DE NASC.: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
IDADE: \_\_\_\_\_  
ESTADO CIVIL: ( ) SOLTEIRO ( ) CASADO ( ) DIVORCIADO  
( ) UNIÃO ESTÁVEL  
RG: \_\_\_\_\_ DATA EMISSÃO RG: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
ÓRGÃO EMISSOR: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
TÍTULO DE ELEITOR: \_\_\_\_\_ SEÇÃO: \_\_\_\_ ZONA: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO (RUA/AV.): \_\_\_\_\_  
N.º \_\_\_\_\_ COMPLEMENTO: \_\_\_\_\_  
BAIRRO: \_\_\_\_\_ CIDADE/UF: \_\_\_\_\_  
CEP: \_\_\_\_\_ TEMPO DE RESIDÊNCIA EM \_\_\_\_\_  
TELEFONE: ( ) \_\_\_\_\_ CELULAR: ( ) \_\_\_\_\_  
E-MAIL: \_\_\_\_\_  
SERVIDOR PÚBLICO ( ) CONSELHEIRO TUTELAR ( )  
MEMBRO DO CMDCA LICENCIADO ( )

### **ESCOLARIDADE**

ENSINO MÉDIO ( ) ENSINO TÉCNICO EQUIVALENTE A MÉDIO ( )  
CURSO: \_\_\_\_\_  
SUPERIOR ( ) CURSO: \_\_\_\_\_  
UNIVERSIDADE: \_\_\_\_\_

### **CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAR A PROVA**

NECESSITA CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA?

( ) Não ( ) Sim

Especifique:

( ) Sala Especial ( ) Ledor ( ) Intérprete de libras ( ) Prova em Braille

( ) Intérprete para leitura labial

( ) Mobiliário ou equipamento especial.

Especifique: \_\_\_\_\_

( ) Auxílio para preenchimento do gabarito, transcrição de redação e manuseio do caderno de questões

Prova ampliada: ( ) Tamanho 14 ( ) Tamanho 16 ( ) Tamanho 18

A maior fonte de ampliação disponibilizada ao candidato será de tamanho 18, caso seja insuficiente, o candidato poderá solicitar ledor.



### **Declaração de conhecimento das normas do Edital 01/2023**

Declaro que li o Edital nº 01/2023 e que preencho todos os requisitos exigidos nele para investidura da função de conselheiro (a) tutelar. Bem como, declaro livremente que me submeto às normas expressas no mesmo Edital e demais legislações pertinentes.

Assim sendo, venho requerer a inscrição para participar do processo de escolha dos membros do (s) Conselho (s) Tutelar (es) do Município de São Sebastião, gestão 2024/2028. Juntando as declarações e os anexos padronizados pelo CMDCA e cópia dos documentos exigidos pelo item 3 do Edital nº01/2023- CMDCA.

Pede Deferimento.

São Sebastião, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

---

**(Assinatura do candidato)**



### ANEXO III

## LISTA DE DOCUMENTOS QUE DEVEM SER APRESENTADOS NO ATO DA INSCRIÇÃO

CONFORME EDITAL DE ABERTURA 01/2023

N.º DE INSCRIÇÃO: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

DOCUMENTOS	VISTO	
	Candidato	Comissão Responsável
Fotocópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF);		
Fotocópia da Carteira de Identidade (RG);		
Fotocópia do Título Eleitoral;		
Fotocópia de certidão emitida pelo Cartório Eleitoral ou do comprovante de votação do último processo eleitoral;		
Original ou fotocópia de certidão emitida pelo Cartório Eleitoral a fim de provar que reside no Município de São Sebastião - AL, há, no mínimo 2 (dois) anos contados da data de publicação deste Edital de Abertura;		
Fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social das páginas onde conste o número da carteira;		
Fotocópia autenticada de diploma ou certificado de conclusão de Ensino médio ou equivalente;		
Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento ou da Escritura Pública de União Estável;		
Fotocópia de certidão de nascimento dos filhos menores de 21 (vinte e um) anos, quando houver;		
Fotocópia do comprovante de residência atualizado, expedido há no máximo 3 (três) meses, a contar da data de publicação deste Edital de Abertura;		



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

SÃO SEBASTIÃO - ALAGOAS

Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Estadual (FÓRUM), do (s) domicílio (s) onde residiu e/ou teve domicílio de trabalho nos últimos 05 (cinco) anos, sendo de Distribuição Criminal (Varas Criminais ou Cartório Distribuidor) e Execuções Criminais (Vara de Execuções Penais – VEP). No caso de Certidão positiva, juntar certidão (ões) de objeto e pé. A (s) certidão (ões) devem ser emitidas há no máximo 90 (noventa) dias da data da inscrição;		
Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Justiça Federal, da (s) Região (ões) onde residiu nos últimos 05 (cinco) anos, emitida há no máximo 90 (noventa) dias da data da inscrição;		
1 foto 3 x 4 - datada há no mínimo 2 anos;		

## ANEXO IV

### DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, portador do  
RG \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_ DECLARO,  
para fins de inscrição no processo de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares do  
Município de São Sebastião que:

1. Sou pessoa considerada idônea e de boa reputação;
2. Resido no Município de São Sebastião, há mais de dois anos;
3. Estou no gozo de meus direitos políticos;
4. Concluí o curso de ensino médio;
5. Possuo conhecimentos de informática.

São Sebastião, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2023.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

Falsidade ideológica – art. 299 do Código Penal: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena – reclusão, de um a cinco anos e multa, se o documento é público e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento particular.

